

Plano de auditoria interna para 2024 em execução SAU deu início aos trabalhos de auditoria em janeiro

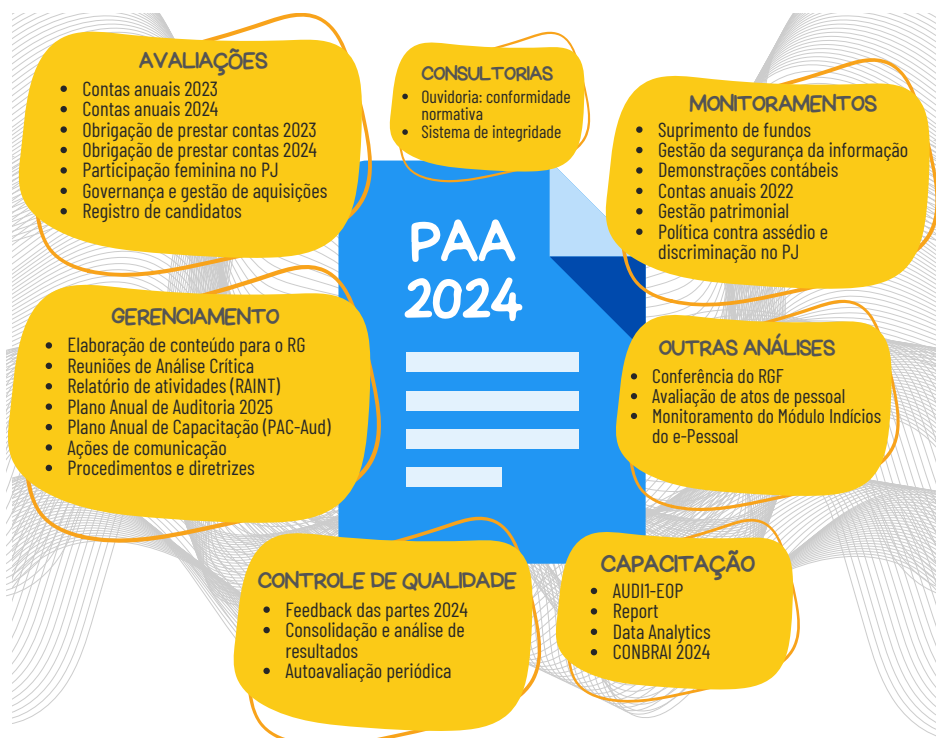
Aprovado pela Presidência em novembro de 2023, o Plano Anual de Auditoria do TRE-RJ para este ano (PAA 2024) encontra-se em execução pela SAU desde janeiro. (Resumo gráfico do PAA ao lado)

O PAA 2024 prevê a realização de sete auditorias avaliativas, duas auditorias consultivas, sete monitoramentos de recomendações expedidas em auditorias anteriores, além de outras análises de atribuição da SAU e de ações internas de controle de qualidade, de gerenciamento da atividade e de capacitação.

Aos sete monitoramentos citados, serão acrescidos os decorrentes da expedição de recomendações nas auditorias a realizarem-se em 2024.

Em 2025, a SAU prestará contas do que foi executado, submetendo ao Plenário do TRE-RJ os resultados, os benefícios e eventuais limitações aos trabalhos desenvolvidos em 2024, por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint).

Independente do Raint, mensalmente a SAU reporta os trabalhos e os resultados ao presidente e a toda a organização à medida que vêm sendo desenvolvidos, mediante o periódico SAU Informa.



O inteiro teor do PAA 2024 pode ser acessado pelo sítio eletrônico do TRE-RJ na internet ou pelo [Portal da Auditoria Interna](#) na intranet.

Revista do CNJ publica artigo de servidores da auditoria interna do TRE-RJ

Publicação inédita apresenta experiências de auditoria interna de órgãos governamentais



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a primeira edição da revista Anais do Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário, que reúne artigos de palestrantes no Fórum (magistrados, servidores do Judiciário e de outras instituições públicas e privadas) sobre temas práticos e teóricos relacionados à atividade de auditoria interna e práticas de gestão adotadas pelos órgãos públicos, em busca do aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, controle interno, integridade e governança.

O secretário Carlos Eduardo de Queiroz Pereira e o assessor técnico Thiago Marvila Moraes são

coautores de um dos nove artigos publicados, intitulado *Ganhos de Eficiência pela Inovação*.

O artigo desenvolve os três temas abordados na apresentação do secretário da SAU na edição de 2023 do Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário, realizada no mês de maio, na sede do CNJ: (i) novo rito de monitoramento de recomendações de auditoria; (ii) plano de tratamento de recomendações pendentes de implementação; e (iii) instrumentos de comunicação efetiva.

Clique no link e acesse a edição completa dos Anais do Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário.

SAU apresenta e põe em discussão resultados preliminares da auditoria nas contas de 2023

A busca conjunta de soluções para os problemas identificados deu o tom à reunião com gestores do tribunal

A auditoria, que está na fase de comunicação dos resultados, tem por objeto as demonstrações contábeis e os atos de gestão subjacentes, referentes ao exercício financeiro de 2023.

Em 29 de fevereiro, a SAU apresentou aos gestores do tribunal o quadro de resultados com os achados preliminares para discussão e busca conjunta de soluções para os problemas identificados.

A escuta prévia dos gestores sobre os achados e os critérios que os fundamentam também orientam o teor das recomendações expedidas pela SAU, sobre as quais os gestores ainda contam com prazo para manifestação por escrito, caso desejem.

As demonstrações contábeis também compõem as prestações de contas anuais dos órgãos e entidades da administração pública.



Diretrizes de ESG na administração pública

O TCU avaliará o grau de aderência das organizações por meio de levantamento em 2024

O Tribunal de Contas da União dará início a levantamento cujo principal objetivo é avaliar o grau de aderência de organizações públicas em relação a práticas de ESG (Acórdão TCU 1.205/2023-Plenário).

ESG é uma sigla em inglês que corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização (*Environmental, Social and Governance*).

Para o levantamento, o TCU remodelou o questionário Índice de Governança Geral (iGG) para integrar à avaliação dos processos de governança e gestão os de sustentabilidade ambiental e social, internalizando as diretrizes de ESG.



O novo indicador geral passou a ser denominado iESGo.

Segundo o TCU, a coleta de informações será realizada, em 2024, por meio de questionário eletrônico de autoavaliação, o qual abrange os

seguintes temas: governança organizacional pública; gestão de pessoas; gestão da tecnologia da informação e da segurança da informação; gestão de contratações; gestão orçamentária e financeira; sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social.

A Corte de Contas vem realizando levantamentos de governança organizacional pública desde 2014. Foram quatro edições, que contaram com grande adesão das organizações respondentes.

O TRE-RJ foi uma das organizações públicas avaliadas no levantamento de 2021 (iGG) e deverá autoavaliar-se novamente com base no iESGo.

Processo de Registro de Candidaturas é avaliado pela SAU

Em fase de planejamento, o levantamento de informações inclui pesquisa em legislação, referenciais, processos e entrevistas com gestores



Prevista no Plano Anual de Auditoria (PAA) para 2024, a auditoria avaliativa no processo institucional de Registro de Candidaturas encontra-se na fase de planejamento.

A equipe de auditoria designada pelo secretário da SAU vem levantando informações por meio da legislação e referenciais pertinentes, processos administrativos relacionados e entrevistas com gestores de diversas unidades do tribunal com alguma responsabilidade no processo.

A seleção do processo de Registro de Candidatura como objeto de auditoria derivou da inédita adoção pela SAU de metodologia baseada em riscos para elaboração do PAA 2024.

O objetivo do trabalho é identificar oportunidades de melhoria e auxiliar o tribunal no aperfeiçoamento desse relevante processo de seu negócio principal e de sua missão: garantir a legitimidade do processo eleitoral.

SAU presta consultoria à Ouvidoria do TRE-RJ

O trabalho também é previsto no Plano Anual de Auditoria 2024

Solicitada pelo ouvidor eleitoral, desembargador Allan Titonelli, a auditoria consultiva visa a assessorar a Ouvidoria do TRE-RJ no objetivo de garantir que a proposta de resolução elaborada para dispor sobre atribuições, funcionamento e estrutura da unidade esteja (i) alinhada às diretrizes normativas da Resolução CNJ 432/2021 e da Resolução 23.705/2022 e (ii) adequada às necessidades e peculiaridades da organização.

A equipe da SAU responsável pelo trabalho também tem realizado levantamento e análise de outros referenciais normativos e de boas práticas que tratem da temática ou com ela se relacionem, em busca de possíveis pontos que possam ser abordados e desenvolvidos no texto da minuta.

Um primeiro reporte foi encaminhado à Ouvidoria, com sugestões iniciais de possíveis ajustes no texto, com base nos pontos de melhoria identificados.

Saiba mais sobre a prestação de serviços de consultoria pela SAU no [Portal da Auditoria Interna](#) na intranet do tribunal.



Programa de qualidade da SAU em revisão

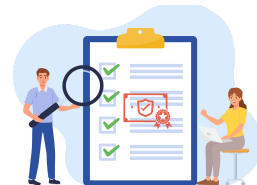
O trabalho se baseia nos feedbacks das partes envolvidas

A SAU está concluindo, no mês de março, a primeira revisão de seu Programa de Qualidade de Auditoria Interna (PQAI), instituído pela Portaria SAU 1/2022.

A medida foi prevista no plano de ação aprovado pela secretaria, em junho de 2023, para incrementar a qualidade dos trabalhos de auditoria e da atividade de auditoria interna como um todo, a partir do feedback dado pelas principais partes envolvidas (equipes de auditoria, supervisor e unidades auditadas) durante o ano de 2022.

O principal objeto da revisão são os questionários aplicados ao final dos trabalhos de auditoria, que passarão a focar em quesitos de qualidade cuja avaliação demande uma visão global do trabalho realizado ou que envolvam percepções mais subjetivas, sobretudo por parte das unidades auditadas.

Como consequência, os questionários contarão com menor número de quesitos a serem avaliados e terão, por outro lado, maior potencial para auxiliar a SAU a identificar eventuais deficiências significativas em seus processos de trabalho.



Outros trabalhos em andamento na SAU

- **Avaliação das Contas Anuais (exercício de 2023):** em fase de relatório (Seaufi, Seauli e Seaupe/SAU);
- **Consultoria sobre a proposta de resolução da Ouvidoria do TRE-RJ:** em fase de execução (Seaupe e Gabsau/SAU);
- **Avaliação do Cumprimento da Obrigação de Prestar Contas (exercício de 2023):** em fase de execução (Assessoria Técnica/SAU);
- **Avaliação do Processo de Registro de Candidaturas:** em fase de planejamento (Seauti, Seauli e Gabsau/SAU);
- **Atividades de monitoramento:** 7, conforme novo procedimento instituído pela Portaria SAU 2/2023 (Seaufi, Seauli, Seaupe e Seauti/SAU);
- **Exame de atos de pessoal:** em janeiro e fevereiro, 10 atos de admissão, 5 de concessão de aposentadoria e 2 de pensão emitidos pelo TRE-RJ;
- **Identificação, análise e tratamento de riscos de processos de trabalho da SAU:** em execução (Assessoria Técnica/SAU);
- **Plano consolidado de tratamento de recomendações pendentes de implementação:** em fase de agendamento de reuniões com as áreas auditadas (Assessoria Técnica, Seauli e Seaupe/SAU).

Responsável: Carlos Eduardo de Queiroz Pereira
Secretário de Auditoria Interna da Presidência